


**PERFIS DE INVESTIDOR: COMO CULTURA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA
MOLDAM AS PREFERÊNCIAS DE INVESTIMENTO NO BRASIL E EM PAÍSES
DESENVOLVIDO**

**INVESTOR PROFILES: HOW CULTURE AND FINANCIAL EDUCATION SHAPE
INVESTMENT PREFERENCES IN BRAZIL AND IN DEVELOPED COUNTRIES**

**PERFILES DE INVERSORES: CÓMO LA CULTURA Y LA EDUCACIÓN
FINANCIERA CONFORMAN LAS PREFERENCIAS DE INVERSIÓN EN BRASIL
Y EN LOS PAÍSES DESARROLLADOS**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-003>

Data de submissão: 01/06/2025

Data de publicação: 01/07/2025

Felipe Martins de Santana
Autor

Sergio Murilo Petri
Orientador

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as preferências dos investidores brasileiros, com ênfase na tendência conservadora que é comum entre muitos desse grupo. A pesquisa procura entender quais elementos sejam eles de origem histórica, cultural ou econômica impulsionam essa aversão ao risco e por que uma parcela significativa dos brasileiros prefere opções de investimento que oferecem maior segurança em comparação a alternativas potencialmente mais rentáveis, como ações ou fundos de investimento de maior risco. Assim, a relevância deste estudo se dá pela necessidade de esclarecer a complexidade do comportamento financeiro no Brasil, levando em conta a singularidade do país, que é marcada por fases de instabilidade econômica e uma carência significativa por educação financeira. Além disso, será realizada uma análise das alternativas de investimento presentes no mercado brasileiro, das preferências dos investidores e dos fatores que incentivam uma postura conservadora, em comparação com investidores de países desenvolvidos, onde a cultura de investimento é mais estabelecida. A abordagem utilizada envolverá uma pesquisa bibliográfica minuciosa, juntamente com dados secundários, o que permitirá aos pesquisadores obter insights detalhados sobre as dinâmicas que afetam as decisões financeiras no Brasil. Assim, busca-se contribuir para uma melhor compreensão das necessidades de educação financeira e promover um ambiente de investimento mais forte entre os brasileiros, considerando as especificidades e os desafios que enfrentam em um cenário de investimentos em constante transformação.

Palavras-chave: Educação Financeira. Preferencias de investimentos. Tipos de Investidores.

ABSTRACT

This study aims to analyze the preferences of Brazilian investors, with an emphasis on the conservative tendency that is common among many of this group. The research seeks to understand which elements, whether of historical, cultural or economic origin, drive this aversion to risk and why a significant portion of Brazilians prefer investment options that offer greater security compared to potentially more profitable alternatives, such as stocks or higher-risk investment funds. Thus, the relevance of this study is due to the need to clarify the complexity of financial behavior in Brazil, taking into account the

uniqueness of the country, which is marked by periods of economic instability and a significant lack of financial education. In addition, an analysis will be carried out of the investment alternatives present in the Brazilian market, of investor preferences and of the factors that encourage a conservative stance, compared to investors from developed countries, where the investment culture is more established. The approach used will involve a thorough bibliographical research, together with secondary data, which will allow researchers to obtain detailed insights into the dynamics that affect financial decisions in Brazil. Thus, the aim is to contribute to a better understanding of financial education needs and to promote a stronger investment environment among Brazilians, considering the specificities and challenges they face in a constantly changing investment scenario.

Keywords: Financial Education. Investment Preferences. Types of Investors.

RESUMEN

Este estudio busca analizar las preferencias de los inversores brasileños, con énfasis en la tendencia conservadora, común en muchos de este grupo. La investigación busca comprender qué elementos, ya sean de origen histórico, cultural o económico, impulsan esta aversión al riesgo y por qué una parte significativa de los brasileños prefiere opciones de inversión que ofrecen mayor seguridad en comparación con alternativas potencialmente más rentables, como las acciones o los fondos de inversión de mayor riesgo. Por lo tanto, la relevancia de este estudio radica en la necesidad de esclarecer la complejidad del comportamiento financiero en Brasil, considerando las particularidades del país, marcado por períodos de inestabilidad económica y una importante falta de educación financiera. Además, se analizarán las alternativas de inversión presentes en el mercado brasileño, las preferencias de los inversores y los factores que fomentan una postura conservadora, en comparación con los inversores de países desarrollados, donde la cultura de inversión está más arraigada. El enfoque utilizado implicará una exhaustiva investigación bibliográfica, junto con datos secundarios, que permitirá a los investigadores obtener información detallada sobre la dinámica que afecta las decisiones financieras en Brasil. Así, el objetivo es contribuir a una mejor comprensión de las necesidades de educación financiera y promover un entorno de inversión más sólido entre los brasileños, considerando las particularidades y los desafíos que enfrentan en un escenario de inversión en constante evolución.

Palabras clave: Educación financiera. Preferencias de inversión. Tipos de inversores.

1 INTRODUÇÃO

A complexidade dos mercados financeiros atuais se torna cada vez mais evidente, incorporando não somente as oscilações da economia mundial, mas também as sutilezas culturais e educacionais que influenciam o comportamento dos investidores. No Brasil, um país em permanente mudança e com grande diversidade, as escolhas de investimento são afetadas por uma combinação de fatores que ultrapassam as análises estritamente numéricas. A cultura financeira, muitas vezes ligada a tradições históricas e sociais, juntamente com o grau de educação financeira da população, se tornam as perspectivas pelas quais os indivíduos veem as oportunidades nos mercados (Barreto; Barbedo; Silva, 2022).

Por outro lado, nações desenvolvidas seguem uma trajetória diferente, onde a educação formal e a educação financeira já estão mais integradas, afetando suas práticas e tomadas de decisão em investimentos de maneiras que muitos brasileiros ainda não exploraram (Ferreira; Silva, 2021).

No contexto econômico global contemporâneo, entender as características do investidor brasileiro é fundamental para elucidar as nuances do mercado financeiro e as preferências que influenciam as escolhas de investimento. Este trabalho tem como objetivo explorar de maneira completa o comportamento dos investidores no Brasil, focando nas suas disposições em relação ao risco — se conservadores, moderados ou agressivos.

A indagação central que orienta esta pesquisa é: quais fatores explicam a tendência do investidor brasileiro de se inclinar por opções de investimento mais conservadoras, especialmente quando comparado a investidores de países desenvolvidos?

Para entender esse fenômeno, o objetivo geral deste estudo é avaliar o comportamento dos investidores no Brasil, com o intuito de descobrir as motivações que os levam a optar por uma estratégia de investimento conservadora. Dentro desse escopo, foram estabelecidos objetivos específicos que orientarão a análise: inicialmente, será explorada a diversidade de opções de investimentos disponíveis no mercado brasileiro; em seguida, a pesquisa focará nas preferências dos investidores em relação a produtos financeiros, agrupados conforme seus perfis de risco; por último, será conduzida uma investigação sobre os fatores que levam o investidor brasileiro a adotar uma postura mais cautelosa, em comparação com investidores de economias mais desenvolvidas.

A abordagem adotada para este estudo consistirá em uma análise bibliográfica detalhada, acompanhada da investigação de dados secundários, o que possibilitará uma apreciação crítica e embasada do assunto em questão. Com essa metodologia, busca-se oferecer uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas que afetam o comportamento dos investidores no Brasil, levando em conta os contextos econômico e social que impactam suas decisões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi organizado em três partes principais: Educação Financeira, Tipos de investidores com enfoque no investidor conservador e por fim uma análise dos investidores do Brasil e de países desenvolvidos. Esse tema foi aprofundado em duas subseções: a primeira focou nos conceitos financeiros, enquanto a segunda explorou o comportamento e a atitude em relação às finanças. Na subseção dedicada aos conceitos financeiros, analisou-se o conhecimento financeiro, e na subseção sobre comportamento e atitude financeira, foram debatidos os pontos de vista dos autores a respeito do processo de tomada de decisões financeiras e escolhas. Na segunda parte, houve uma análise consolidada dos investidores Brasileiros e de outros países. A estrutura do trabalho teve como objetivo mostrar a ligação entre a educação financeira e as decisões financeiras diárias das pessoas, destacando a relevância de promover um maior entendimento nesta área para aprimorar a gestão financeira e questão de investimento dentro e fora do país.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O termo economia tem sua origem no grego "*oikonomos*", que se traduz como "[...] aquele que administra uma casa" (Andrade, 2019 p. 3). Em relação à educação, Censi e Kist (2024, p. 787) enfatizam que "o investimento em educação é tão vital quanto o investimento em capital físico para o sucesso econômico a longo prazo de um país". Isso indica que é essencial promover a educação para aumentar a riqueza e o nível de vida da população, além de frisar a importância do ensino econômico para a gestão eficiente de uma família.

Desde os primeiros momentos de consciência, as crianças veem seus pais fazendo escolhas diárias na tentativa de atender melhor às necessidades essenciais, como educação, saúde e alimentação. Assim, fica claro que a base inicial do conhecimento sobre finanças pessoais se forma nesse contexto. As atitudes relacionadas ao dinheiro são moldadas pelo processo de socialização, onde a família desempenha um papel fundamental, influenciando as decisões de consumo e podendo resultar em comportamentos positivos, com escolhas assertivas, ou em comportamentos financeiros inadequados e prejudiciais (Hartmann *et al.*, 2024).

A educação financeira pode ser fundamental para que as famílias adotem hábitos de consumo mais conscientes, ou seja, tomem decisões mais assertivas ao escolher produtos e serviços, fundamentadas em princípios financeiros que visam promover seu bem-estar econômico. Conforme mencionam Baroni e Maltempo (2024) a parte "financeira" do termo "educação financeira" diz respeito ao conjunto de atividades cotidianas que envolvem dinheiro, abrangendo desde o controle do cartão de crédito e o gerenciamento de cheques até o planejamento orçamentário e a contratação de

empréstimos, seguros ou investimentos. A educação financeira serve como um instrumento que auxilia os consumidores a optarem pela alternativa mais benéfica para sua saudável administração financeira. A falta desse conhecimento pode impactar tanto indivíduos quanto famílias em seu gerenciamento diário dos recursos financeiros e na capacidade de economizar para metas de longo prazo, como a compra de uma casa, a obtenção de um diploma de ensino superior ou a preparação para a aposentadoria.

O entendimento sobre dinheiro e a capacidade de manejá-lo são conceitos definidos por Oliveira, Amaral e Silva (2024) e são classificados em três grupos, cada um deles contribuindo de maneira distinta para a habilidade de um indivíduo de se engajar ativamente na economia. A primeira classe é a alfabetização econômica, que diz respeito ao conhecimento geral do funcionamento da economia, incluindo aspectos como escassez, preços, interações de oferta e demanda, estrutura de mercado, inflação, desemprego, mercado de ações, regulamentação governamental, política monetária e comércio internacional.

A segunda categoria é a alfabetização do consumidor, que envolve o entendimento dos direitos e deveres dos agentes econômicos, assim como a capacidade de comparar preços e qualidades ao tomar decisões de compra. A terceira categoria, alfabetização financeira, refere-se ao conhecimento e às habilidades relacionadas às finanças pessoais, englobando a capacidade de compreender conceitos financeiros e aplicar esse conhecimento em comportamentos práticos (Corrêa; Mattos, 2025).

É possível estabelecer uma conexão entre a educação financeira e a afirmação de Gomes, Gaigher e Gomes (2025) que destacam que pessoas com conhecimento em educação financeira não apenas obtêm vantagens pessoais, mas também tornam o mercado mais competitivo ao procurarem produtos que correspondam à sua situação e necessidades financeiras de curto e médio prazo. Isso leva à demanda por soluções que se ajustem melhor ao que necessitam. Entre as três categorias, a mais relevante para famílias de baixa renda é a educação financeira, pois sem esse entendimento, elas podem ter dificuldades em gerar recursos para investir ou avaliar diferentes opções de compra (Hartiman *et al.*, 2024). Para essas famílias, a educação financeira é fundamental, pois elas precisam maximizar o aproveitamento de suas receitas limitadas e evitar desperdícios, além de buscar aumentar seu patrimônio na esperança de melhorar sua situação financeira.

A dificuldade em gerir os próprios recursos pode ser caracterizada como uma incapacidade financeira, a qual os autores Jordão *et al.* (2024) se manifestam em: a) tardia formação de poupança para a aposentadoria; b) desafios na tomada de decisões relacionadas a investimentos, consumo e economia; e c) aumento da insegurança quanto ao risco e retorno dos produtos de investimento. Independentemente da faixa de renda, as pessoas possuem metas como: alimentação adequada,

educação, aquisição de uma casa, preparação para a aposentadoria ou até mesmo alcançar a independência financeira, com o desejo de realizá-las.

A educação financeira se configura como uma ferramenta essencial para atingir essas metas, pois abrange conhecimentos financeiros e a habilidade de transformar esses conhecimentos em atitudes. Diversos autores e instituições reconhecem a educação financeira como fundamental para o desenvolvimento do bem-estar na perspectiva familiar, o que é facilmente refletido na sociedade (Mazzi; Hartmann; Pessoa, 2024).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma instituição que visa fomentar o desenvolvimento e o crescimento das economias, além de aprimorar políticas que estimulem o progresso econômico e melhorem a qualidade de vida das pessoas. Para atingir esses objetivos, a OCDE conduz pesquisas e divulga estudos sobre educação financeira (Vasconcellos *et al.*, 2024). Ela caracteriza a educação financeira como uma fusão de autoconhecimento, autoconfiança, entendimento financeiro, competências, atitudes e comportamentos, que, em conjunto, capacitam os indivíduos a fazer escolhas financeiras acertadas e a alcançar, assim, um estado de bem-estar financeiro (OCDE, 2016).

O entendimento financeiro mencionado na definição de educação financeira abrange o seguinte processo: o modo pelo qual consumidores e investidores expandem seu entendimento sobre conceitos e produtos financeiros e, por meio de dados, orientações e/ou conselhos objetivos, desenvolvem habilidades e confiança para reconhecer melhor os riscos e as oportunidades financeiras, possibilitando que tomem decisões informadas que contribuam para a melhoria de seu bem-estar financeiro.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) descreve o comportamento financeiro como as ações que influenciam a situação e o bem-estar financeiro de uma pessoa, tanto no presente quanto no futuro. Atitudes como pagar contas pontualmente, elaborar um orçamento familiar e economizar são consideradas práticas que favorecem um comportamento financeiro saudável. Por outro lado, ações como procrastinar o pagamento de contas e comprar de maneira impulsiva são vistas como negativas para a saúde financeira (OCDE, 2016). Mesmo que alguém tenha conhecimentos financeiros e uma abordagem positiva em relação a isso, as decisões tomadas ainda se baseiam na postura do indivíduo frente ao dinheiro e ao planejamento a longo prazo (OCDE, 2016).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avalia o nível de educação financeira em vários países, considerando três variáveis fundamentais: conhecimento, comportamento e atitude em relação às finanças. O conhecimento financeiro é verificado por meio de perguntas que abordam temas como o valor do dinheiro ao longo do tempo, juros de empréstimos,

juros compostos, risco e retorno, inflação e diversificação de riscos. Para a análise do comportamento financeiro, foram examinadas as práticas dos entrevistados, como a procrastinação no pagamento de contas, a inexistência de orçamentos e a falta de planejamento de despesas futuras, além da escolha de produtos financeiros sem a devida comparação com outras alternativas.

Por fim, a variável atitude avaliou como as pessoas se comportam ao tentar alcançar metas de longo prazo. Os resultados indicaram que as ações e comportamentos dos consumidores influenciam suas condições financeiras e o bem-estar familiar, tanto no curto quanto no longo prazo (OCDE, 2016). Este estudo foi repetido entre os alunos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. As seções a seguir abordarão as variáveis que a OCDE considera essenciais para a educação financeira: conhecimento financeiro, comportamento e atitude em relação às finanças.

2.1.1 Fundamentos Financeiros

Para compreender os princípios financeiros, é fundamental revisitar um conceito básico que, devido ao progresso tecnológico, se torna cada vez mais abstrato: a definição de moeda. Ela é vista como um meio de troca, viabilizando transações econômicas e o cumprimento de obrigações financeiras; além disso, funciona como uma reserva de valor, permitindo a acumulação de economias, e como uma unidade de conta, que torna mais fácil medir e comparar o valor dos bens. Sua utilização possibilita a distribuição de recursos limitados ao longo do tempo, avaliando diferentes opções e auxiliando no processo decisório relacionado ao consumo (Alves, 2025).

No cotidiano, a necessidade de consumir surge como um mandato para atender às exigências humanas. O consumo está profundamente conectado à utilização de recursos disponíveis, aumentando as possibilidades de sobrevivência. Nas sociedades atuais, pode-se entender esse fenômeno como um processo social que elucida as maneiras de acesso a produtos e serviços, além de funcionar como um fator na formação de identidades e na definição de estilos de vida (Santos *et al.*, 2025).

Qualquer renda excedente que não seja direcionada ao consumo é classificada como poupança. Entretanto, tanto a poupança quanto os investimentos são, na essência, resultados da renda excedente após o consumo, sendo essas duas quantias equivalentes quando se analisa uma economia isolada. A poupança pode ser vista como a escolha de não utilizar recursos financeiros para o consumo imediato, ou seja, é o acúmulo de recursos destinados a um uso futuro (Lazaretti; Castanheira; Maschio, 2024).

Em materiais de educação financeira, é comum que os conceitos de poupança e investimento sejam entendidos de forma inadequada. A poupança costuma ser definida como uma quantia reservada em opções que parecem livres de risco, como contas em bancos, enquanto investimentos são

percebidos como recursos direcionados para opções que implicam algum nível de risco, como o mercado acionário (Domingos, 2022).

No entanto, de uma perspectiva prática, não existem investimentos totalmente livres de risco, visto que até instituições financeiras podem entrar em colapso, colocando em risco os recursos aplicados. Portanto, podemos concluir que investir envolve a destinação de recursos tanto a ativos que apresentam riscos quanto àqueles que, à primeira vista, parecem isentos de risco (Mazzi; Hartmann; Pessoa, 2024).

O investimento é caracterizado como a alocação de recursos em um leque que inclui tanto opções seguras quanto arriscadas. Esse leque pode variar de acordo com as particularidades de cada pessoa. Por exemplo, adquirir uma casa pode ser considerado um investimento seguro para alguém que planeja morar por bastante tempo na mesma área, mas pode ser arriscado para quem tem a possibilidade de precisar se mudar. Nesse sentido, a diversificação de riscos se torna essencial; ou seja, é importante não concentrar todos os recursos em um único tipo de investimento, já que os lucros de um podem compensar as perdas de outro (Lazaretti; Castanheira; Maschio, 2024).

As decisões financeiras são fortemente afetadas por fatores econômicos, como a renda disponível, que inclui seu montante, estabilidade e frequência, além de economias e propriedade, nível de endividamento, capacidade de assumir novas dívidas e a mentalidade em relação ao consumo e à poupança. Ao considerar a compra de um produto, os consumidores se deparam com uma vasta gama de alternativas, tanto em relação a produtos semelhantes quanto a métodos de pagamento (Mazzi; Hartmann; Pessoa, 2024).

Para realizar uma seleção eficaz da opção mais vantajosa, é fundamental ter, pelo menos, um entendimento básico sobre certos conceitos financeiros. Conhecer os princípios do fluxo de caixa, a importância do valor do dinheiro ao longo do tempo, os juros compostos, as distinções entre taxas reais e nominais, assim como ter uma noção sobre risco e retorno, e a diversificação de investimentos, são conhecimentos essenciais que as pessoas devem desenvolver para manejar suas decisões e escolhas financeiras no dia a dia (Campos *et al.*, 2023).

O acesso ao crédito está se tornando cada vez mais simples, e a variedade de produtos financeiros, como cheque especial, empréstimos e cartões de crédito, é bastante ampla. Isso demanda que os consumidores possuam um entendimento mais aprofundado sobre conceitos financeiros, a fim de prevenir a inadimplência. Contudo, além do conhecimento, é fundamental que isso se manifeste em ações cotidianas, ou seja, é preciso que a compreensão se traduza em comportamento prático (Santos *et al.*, 2025).

2.2 TIPOS DE INVESTIDORES

O perfil de um investidor estritamente individual. Aqueles que são conservadores geralmente priorizam a segurança em vez da rentabilidade. Por outro lado, investidores mais ousados preferem oportunidades com maior potencial de retorno, muitas vezes ignorando a volatilidade. Para identificar o perfil de investimento de uma pessoa, pode-se utilizar um questionário que avalia suas crenças em relação a risco e retorno. Essa análise é conhecida como API (Análise do Perfil do Investidor) e, desde 2013, tornou-se uma exigência para que bancos e outras instituições financeiras possam oferecer produtos aos seus clientes. A regulamentação do Perfil do Investidor foi estabelecida por meio da instrução CVM 539, que facilita a categorização dos agentes econômicos na formação de seus portfólios.

Analisar as escolhas financeiras dos investidores brasileiros em relação a produtos específicos, considerando seus perfis – conservador, moderado ou agressivo – é uma atividade que requer não apenas a compreensão das particularidades de cada perfil, mas também uma análise do ambiente econômico e cultural do Brasil (Mendes *et al.*, 2025).

Ao que se refere a variedade da população brasileira e suas diferentes vivências econômicas têm um impacto significativo no jeito como os investidores se comportam. Esse tópico traz uma análise detalhada das tendências de investimento no Brasil, enfatizando as preferências de diversos perfis e os elementos que afetam essas decisões, mantendo uma narrativa fluida (Scaramussa; Bortolon, 2024).

Inicia-se com a caracterização dos tipos de investidores. Os investidores conservadores são aqueles que colocam em primeiro lugar a proteção do capital em vez de buscar altos retornos. Eles costumam se afastar de riscos e, por essa razão, optam por alternativas financeiras mais seguras, como a caderneta de poupança, os títulos do Tesouro Direto, CDBs (Certificados de Depósito Bancário) e fundos de renda fixa (Marques, 2025).

Em contrapartida, os investidores cautelosos procuram encontrar um ponto de equilíbrio entre segurança e retorno, aceitando um nível de risco que possa aumentar seus lucros. Esses investidores geralmente diversificam seus portfólios, mesclando ativos de renda fixa e renda variável, como ações e fundos imobiliários. Por último, os investidores agressivos têm como objetivo maximizar seus lucros, mesmo que isso signifique assumir riscos significativos. Eles direcionam a maior parte de seus investimentos para ações, fundos de ações, derivativos e criptomoedas, sempre à procura das melhores oportunidades disponíveis no mercado (Silva; Pinheiro, 2025).

A inclinação dos brasileiros em relação a esses perfis está fortemente conectada à educação financeira, ao passado econômico do país e ao contexto financeiro mais amplo. Ao longo da história,

o Brasil enfrentou fases de elevada inflação e juros altos, o que levou muitos investidores, principalmente os mais velhos a adotarem uma estratégia mais cautelosa (Rosa *et al.*, 2024).

A partir da execução do Plano Real em 1994, a inflação passou a ser contida, e muitos brasileiros começaram a buscar diferentes opções financeiras. Embora essa mudança tenha trazido benefícios, também criou uma resistência e desconfiança em relação a investimentos de maior risco, algo que ainda é evidente nas escolhas de investidores mais conservadores atualmente.

O acesso à informação é fundamental nas decisões dos investidores. Recentemente, a educação financeira tem se espalhado, impulsionada por ações de bancos, sites especializados e materiais educativos disponíveis. Essa mudança permitiu que diversos brasileiros, que anteriormente se viam como conservadores, passassem a investigar diferentes alternativas de investimento. Esse fenômeno é especialmente perceptível entre os investidores mais jovens, que, por sua familiaridade com a tecnologia e o acesso à informação, demonstram uma disposição maior para assumir riscos. Esse grupo, que se torna cada vez mais ativo no mercado financeiro, procura por opções que não apenas garantam segurança, mas que também correspondam às suas expectativas de retorno em um cenário volátil, como o das ações e criptomoedas (Bolzan; Kneipp, 2025).

Em relação aos produtos financeiros, o mercado no Brasil revela uma ampla variedade que atende diferentes perfis de investidores. Os títulos do Tesouro Direto, por exemplo, são bastante populares entre os investidores mais cautelosos, já que proporcionam segurança e previsibilidade. Por outro lado, para investidores com um perfil moderado, diversificar é essencial, e eles costumam incorporar em suas carteiras fundos de renda variável, que, apesar do maior risco, têm potencial para oferecer retornos mais interessantes do que os investimentos em renda fixa (Figueiredo *et al.*, 2025).

A crescente aceitação dos fundos de investimento é um aspecto relevante a ser enfatizado. Esses fundos possibilitam que investidores de variados perfis usufruam de uma administração especializada de seus recursos, em conformidade com suas tolerâncias ao risco. Aqueles com um perfil mais conservador preferirão fundos de renda fixa, enquanto os moderados poderão optar por fundos multimercados. Já os investidores mais arrojados costumam procurar fundos de ações ou aqueles focados em setores específicos, como tecnologia ou saúde (Freitas; Santos, 2025).

Um ponto importante a ser destacado é o surgimento das fintechs¹ no Brasil, que trouxeram inovação e concorrência ao setor financeiro. Essas empresas digitais têm proporcionado um acesso facilitado a produtos de investimento, contribuindo para a democratização do mercado e visando atrair

¹ "Fintech" é a abreviação de "financial technology", ou seja, "tecnologia financeira". Refere-se a empresas que utilizam tecnologia para inovação e oferta de serviços financeiros. Estas empresas, muitas vezes startups, buscam transformar o setor financeiro através de soluções digitais e inovadoras.

novos investidores, especialmente os jovens. Ademais, as fintechs geralmente operam com custos menores, o que pode aumentar a rentabilidade das aplicações e despertar ainda mais o interesse, especialmente entre investidores moderados e arrojados que desejam maximizar seus lucros (Broietti; Prado, 2023).

Além disso, o ambiente econômico geral e as estratégias de política monetária afetam diretamente as decisões dos investidores. A taxa de juros, por exemplo, tem o poder de alterar a inclinação para investimentos mais seguros ou os mais arriscados. Em períodos de taxas de juros elevadas, os instrumentos de renda fixa tendem a se tornar mais desejáveis, atraindo os investidores com perfis mais conservadores. Por outro lado, em um contexto de juros baixos, os investidores podem ser estimulados a explorar opções que oferecem retornos superiores, o que os leva a considerar produtos com maior risco, como ações e fundos imobiliários (Jacob *et al.*, 2025).

De maneira geral, a escolha dos investidores brasileiros em relação a produtos financeiros é moldada por uma variedade de fatores que se ajustam de acordo com os perfis conservador, moderado ou arrojado. Os investidores com perfil conservador tendem a optar por opções que apresentam baixa volatilidade e risco. Já os moderados procuram um meio-termo, enquanto os arrojados estão constantemente em busca de maximizar seus retornos, mesmo que isso acarrete riscos maiores.

O aprimoramento da educação financeira, a disponibilidade de novos serviços através das fintechs e o cenário macroeconômico são fatores que influenciam significativamente essas escolhas. Com a evolução do mercado financeiro no Brasil, será fascinante acompanhar como essas preferências se ajustam e se transformam, refletindo as mudanças constantes da economia e do comportamento das pessoas (Camargo; Alberton, 2023).

2.2.1 Preferência dos investidores brasileiros: conservador

A preferência dos investidores brasileiros é um tema que envolve diversas dimensões e nuances, refletindo não apenas a realidade econômica do país, mas também fatores culturais, históricos e sociais que influenciam suas decisões financeiras. No Brasil, muitos investidores, em particular os que possuem um perfil mais conservador, apresentam uma clara aversão ao risco (Massafera, 2024).

Essa abordagem, que visa proteger o capital e assegurar a segurança financeira, ganhou relevância em um contexto econômico repleto de incertezas e oscilações. Neste artigo, iremos analisar as razões que levam os investidores brasileiros a optar por uma postura cautelosa, como essa estratégia se traduz nas suas escolhas de investimento e quais instrumentos financeiros são os mais utilizados (Mendes *et al.*, 2025).

A relutância dos investidores em assumir riscos pode ser explicada por diversos fatores, incluindo a histórica instabilidade econômica do Brasil, a alta inflação, crises políticas e financeiras frequentes, assim como a carência de educação financeira abrangente. Desde a queda do Collor em 1990 até a crise de 2008, os brasileiros enfrentaram várias desvalorizações de suas economias, o que gerou uma desconfiança em relação a investimentos mais arriscados, como ações e fundos imobiliários. Essa desconfiança resultou em um ambiente em que a poupança e os investimentos considerados de baixo risco, como os títulos do governo, tornaram-se as escolhas mais comuns (Borelli; Conceição, 2025).

A escolha por investimentos considerados seguros (investidor conservador) reflete uma tradição que prioriza a estabilidade e a proteção. Muitos brasileiros, particularmente aqueles que já tiveram vivências desfavoráveis no setor financeiro, optam por resguardar seu patrimônio em vez de buscar lucros mais elevados. Ademais, a realidade social do Brasil, marcada por elevada desigualdade, torna a segurança do capital uma preocupação permanente. Para muitos, a perda em um investimento pode resultar em uma alteração significativa na qualidade de vida, o que intensifica a adesão a opções com menor risco (Souza, 2024).

Os investidores conservadores no Brasil, em geral, tendem a escolher aplicações em renda fixa. Os papéis do Tesouro Nacional, como o Tesouro Selic, são bastante populares por proporcionarem liquidez, segurança e retornos previsíveis, além de serem respaldados pelo governo federal. Esse tipo de investimento é considerado um refúgio seguro durante períodos de instabilidade, já que a probabilidade de inadimplência é praticamente inexistente. Além do Tesouro Direto (como já mencionado) a caderneta de poupança continua a ser uma opção comum, mesmo com sua rentabilidade relativamente baixa. A combinação de fácil acesso e segurança atrai muitos brasileiros que preferem focar na preservação do capital (Santos *et al.*, 2024).

Os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) se destacam como uma opção popular entre os investidores de perfil conservador. Estes instrumentos financeiros costumam oferecer uma rentabilidade superior à da caderneta de poupança e são emitidos por instituições financeiras, contando com a proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para depósitos até um determinado montante, o que proporciona maior segurança para os investidores. Ademais, os fundos de renda fixa, que visam oferecer retornos consistentes com baixo risco, têm atraído cada vez mais a atenção de pessoas com um perfil conservador. Esses fundos geralmente são formados por títulos de dívida públicos e privados de menor risco, possibilitando uma gestão profissional e a diversificação das aplicações financeiras (Papandrea; Hess, 2025).

Um dos elementos que favorece a escolha por investimentos mais seguros no Brasil é a facilidade em obter informações e a crescente digitalização do setor financeiro. Nos anos atuais, as plataformas de investimento e as corretoras online têm promovido a democratização do acesso a produtos financeiros, possibilitando que até investidores menores acessem com facilidade a renda fixa e outros ativos conservadores (Castro; Santana Júnior; Freitas, 2025).

Entretanto, essa acessibilidade deve ser acompanhada por uma educação financeira efetiva. O entendimento sobre investimentos continua sendo fundamental, e a carência de informação pode levar investidores a decisões influenciadas pelo medo ou pela desconfiança, reforçando a inclinação ao conservadorismo.

É importante ressaltar que, embora o conservadorismo seja uma característica predominante entre investidores, há um número crescente de brasileiros dispostos a diversificar suas carteiras e explorar investimentos mais ousados. O advento de novas tecnologias e a crescente aceitação de ativos como criptomoedas têm cativado um grupo de investidores que, apesar de ser minoria em relação aos conservadores, busca por maiores lucros.

No entanto, para garantir um nível adequado de segurança, essa nova geração ainda tenta equilibrar suas escolhas entre opções de alto risco e investimentos mais seguros, demonstrando que a cautela ainda é uma prioridade, mesmo na busca por retornos superiores.

Um aspecto que merece ser destacado é a relevância da conscientização em relação à educação financeira. O Brasil tem progredido na discussão sobre a necessidade de uma formação mais sólida em assuntos financeiros, por meio de campanhas educativas e ações de instituições que fomentam o conhecimento sobre investimentos. Essas ações têm a capacidade de transformar gradativamente o perfil dos investidores brasileiros.

Mesmo que continuem a adotar uma postura conservadora, eles poderão se tornar mais informados e aptos a tomar decisões fundamentadas em suas abordagens de investimento. Fomentar a educação financeira proporciona uma melhor compreensão dos riscos e oportunidades, permitindo que os investidores façam escolhas que estejam em sintonia com seus objetivos e seu perfil de risco.

À medida o Brasil vem se adaptando às transformações econômicas e sociais, as escolhas dos investidores podem se modificar. A demanda por investimentos a longo prazo, especialmente em um contexto demográfico onde a população está envelhecendo, leva os indivíduos a reconsiderarem suas táticas financeiras. É essencial que os investidores, especialmente aqueles com perfil conservador, se familiarizem com diversas opções de investimento, como ações, propriedades e fundos que apresentam uma variedade de níveis de risco e retorno. Isso permitirá que expandam suas alternativas e, eventualmente, adotem uma postura mais equilibrada em suas tomadas de decisão.

Atualmente, o percurso da taxa Selic, que afeta diretamente os rendimentos de investimentos em renda fixa, é um elemento fundamental na decisão dos investidores. Com a Selic em patamares historicamente reduzidos, muitos têm se visto incentivados a explorar opções que ofereçam melhor retorno, mesmo que isso implique em assumir um risco adicional. Todavia, a revisão das estratégias deve ser realizada com cuidado, levando em conta o perfil de cada investidor e a relevância da diversificação para mitigar a exposição a riscos elevados.

Em síntese, a preferência dos investidores brasileiros em adotar uma postura conservadora resulta das vivências passadas de instabilidade econômica, da valorização da segurança e da preocupação em proteger seu capital. Os investidores que optam por essa abordagem priorizam a segurança e a previsibilidade em suas decisões de investimento, favorecendo a renda fixa e produtos convencionais que asseguram garantias.

Outrossim, uma nova classe de investidores está começando a fomentar uma discussão sobre a educação financeira e a buscar novas possibilidades, buscando um equilíbrio entre os desafios da rentabilidade e da segurança. Para que o mercado financeiro brasileiro possa se expandir, é vital apostar na capacitação e na conscientização, ajudando os investidores a fazer escolhas fundamentadas e a se sentirem mais seguros em sua jornada financeira, independentemente de seu nível de risco (Paixão; Sena, 2025).

Essa delicada combinação entre conservadorismo e inovação será crucial para que o Brasil siga avançando em sua trajetória econômica e financeira, permitindo que tanto os investidores mais cautelosos quanto os mais ousados encontrem seu lugar em um mercado cada vez mais ativo.

2.3 FATORES DETERMINANTES DO COMPORTAMENTO CONSERVADOR DO INVESTIDOR BRASILEIRO EM COMPARAÇÃO COM INVESTIDORES DE PAÍSES DESENVOLVIDOS

A análise dos fatores que explicam a postura conservadora dos investidores brasileiros, em relação aos de nações desenvolvidas, é um assunto complexo, que abrange diversas variáveis econômicas, culturais e sociais. O Brasil, sendo um país em desenvolvimento, possui características únicas que impactam sua economia e, por conseguinte, o comportamento dos seus investidores (Marina; Brito, 2024).

Em contrapartida, os países desenvolvidos costumam ter mercados financeiros mais avançados, com melhor acesso à informação e uma cultura de investimento mais sólida. Para compreender essa situação, é necessário analisar diferentes aspectos que influenciam as escolhas de investimento, como a instabilidade econômica, o nível de educação financeira, a confiança nas instituições e o histórico de inflação.

Um dos principais elementos que influenciam o comportamento dos investidores no Brasil é a experiência acumulada de instabilidade econômica. O país enfrentou várias décadas de crises inflacionárias, tentativas de planos econômicos que falharam e alternâncias entre períodos de crescimento e profundas recessões. Essa instabilidade gerou um clima de desconfiança em relação a ativos de maior risco. Em decorrência de experiências traumáticas com perdas durante crises, muitos investidores brasileiros optam por uma abordagem mais conservadora, priorizando investimentos de menor risco, como a renda fixa, que proporciona uma sensação de segurança, ainda que em contrapartida a retornos menores (Oliveira *et al.*, 2024).

Em contraste, os investidores em países desenvolvidos, como os Estados Unidos ou na Europa Ocidental, cresceram em um ambiente de maior estabilidade econômica. Esses mercados possuem um histórico de crescimento sustentado e uma cultura de investimento que promove a diversificação de portfólios e a aceitação de riscos calculados. Um exemplo a ser citado são o número de investidores na BE o qual em 2022 subiu 5.8 milhões. De acordo com o site da Cidadania & Cultura (2020) o número de investidores na B3 (Bolsa de Valores de São Paulo) subiu para 5,8 milhões em 2022, o recorde da história. Representa 2,7% da população brasileira, estimada em 215 milhões de pessoas.

Houve um crescimento de 17,5% em comparação com 2021. A alta foi a menor registrada desde 2017, quando subiu 9,9%. Avançou 31,2% em 2018; 104,7% em 2019, 94% em 2020 e 53,9% em 2021. Ou seja, a expansão do número de investidores desacelerou por 3 anos seguidos. Nos Estados Unidos, pátria do liberalismo, o cenário é muito diferente: cerca de 145 milhões de norte-americanos aplicam em ações. Ou seja, perto de 58% da população do país, segundo dados do Gallup, empresa de pesquisa de opinião.

Figura 1: Investimento no mercado de ações



Fonte: Cultura & Cidadania (2020).

No que cerne a confiabilidade nas instituições financeiras, que é sustentada por uma regulamentação rigorosa e por experiências favoráveis em investimentos ao longo das gerações, encoraja os investidores a adotarem uma atitude mais ousada. Dessa forma, é frequente que os investidores nesses países se expõem a riscos maiores em busca de retornos superiores.

Um aspecto importante a ser considerado é o grau de educação financeira e a disponibilidade de informações. Nos países desenvolvidos, há uma ênfase significativa na educação financeira desde os primeiros anos, o que permite que as pessoas compreendam melhor os produtos financeiros, assim como os conceitos de risco e retorno. Esse contexto gera um ambiente onde os investidores se sentem mais confiantes para tomar decisões bem fundamentadas, influenciando suas posturas em relação ao risco.

No Brasil, apesar dos avanços na educação financeira, existem ainda grandes lacunas, e muitos investidores carecem de informações adequadas que os auxiliem a entender o mercado financeiro. Essa deficiência pode reforçar um comportamento mais conservador, levando muitos a evitar o risco e preferir não investir em opções que consideram complexas ou arriscadas.

A confiança nas instituições financeiras é igualmente fundamental. Nos países desenvolvidos, essas entidades são geralmente consideradas confiáveis e mantêm altos padrões de governança. Os investidores acreditam que as informações fornecidas são corretas e que as legislações oferecem proteção aos seus investimentos. Em contrapartida, no Brasil, a diversidade de escândalos de corrupção e a visão de ineficácia das instituições, tanto públicas quanto privadas, criam um clima de desconfiança, fazendo com que os investidores evitem opções financeiras mais arriscadas em favor de alternativas mais seguras.

Além disso, o ambiente cultural exerce uma grande influência sobre o comportamento dos investidores. No Brasil, traços como a valorização da segurança e a aversão ao risco estão em consonância com a cultura predominante. A mentalidade coletiva frequentemente favorece a precaução e a conservação do patrimônio. Em contraste, em sociedades que promovem a inovação e a competitividade, os investidores tendem a buscar oportunidades que envolvam riscos calculados, como aportes em startups ou ações de empresas em expansão. Esse aspecto sociocultural no Brasil tem origem em valores históricos e nas particularidades da população, que muitas vezes considera a riqueza como algo a ser cuidadosamente guardado e protegido, em vez de arriscá-la em busca de retornos mais substanciais.

Um ponto adicional a ser avaliado é a disponibilidade de crédito e o funcionamento do sistema bancário. Nos países desenvolvidos, os investidores geralmente conseguem acessar uma variedade de instrumentos financeiros que promovem a diversificação de seus portfólios. Por outro lado, no Brasil,

o acesso a algumas alternativas de investimento pode ser restrito, e as altas taxas de juros frequentemente desestimulam a busca por opções mais arriscadas. Essa situação resulta em um ciclo onde a escassez de alternativas e a ausência de incentivos para diversificação mantêm um padrão conservador no comportamento dos investidores.

No contexto das políticas econômicas, a administração macroeconômica desempenha um papel fundamental. Em nações desenvolvidas, a política monetária é comumente direcionada à estabilização econômica e ao fomento de um crescimento sustentável. No Brasil, períodos de alta inflação e de uma política monetária restritiva afetam diretamente a percepção dos investidores. Quando os juros estão altos, os investimentos em renda fixa se tornam mais atrativos, mas essa situação pode levar à retração de investimentos em setores mais arriscados. A volatilidade nas políticas fiscais e monetárias frequentemente provoca insegurança nos investidores, que podem hesitar em explorar oportunidades no mercado de ações ou em ativos internacionais (Bolzan; Kneipp, 2025).

Por fim, é importante destacar a distinção nas estratégias de investimento entre as diferentes gerações. Em nações desenvolvidas, nota-se que os *millennials*² e a geração “Z”³ tendem a investir de forma mais ousada, fazendo uso de plataformas digitais e explorando opções mais arriscadas, como criptomoedas. No Brasil, entretanto, a aceitação dessas novas formas de investimento ocorre de maneira mais gradual, com muitos jovens optando por abordagens mais seguras, refletindo o contexto econômico do país e uma carência de educação financeira adequada (Camargo; Alberton, 2023).

De maneira geral, a postura conservadora dos investidores no Brasil pode ser explicada por uma série de fatores interconectados que se entrelaçam no contexto histórico, cultural e econômico do país. A instabilidade econômica, a falta de educação financeira, a desconfiança nas instituições, as nuances culturais e a condução da macroeconomia influenciam a formação de um perfil de investidor que é geralmente mais prudente em suas escolhas (Pereira; Gomes; Oliveira, 2023).

Por outro lado, viver em um ambiente mais seguro e a predominância de uma cultura de aceitação de riscos nos países avançados permitem que os investidores adotem estratégias mais arrojadas em busca de lucros maiores. A superação dos obstáculos enfrentados pelos investidores brasileiros, por meio de uma educação financeira aprimorada, maior acesso a informações e um fortalecimento da confiança nas instituições, pode, aos poucos, criar um novo perfil de investimento.

² Os *millennials*, também conhecidos como geração Y, são indivíduos nascidos entre o início da década de 1980 e o final da década de 1990 (aproximadamente entre 1981 e 1996). Eles são caracterizados como a primeira geração a crescer em um mundo fortemente influenciado pela tecnologia, com acesso fácil à internet e redes sociais.

³ A geração Z, também conhecida como *Centenials* ou *Zoomers*, é definida por pessoas nascidas entre o final dos anos 1990 e o início da década de 2010, geralmente entre 1997 e 2012. Essa geração cresceu em um ambiente de internet consolidada e é considerada nativa digitalmente

Esse perfil será mais compatível com as práticas adotadas em mercados desenvolvidos e terá uma abordagem menos cautelosa em relação ao risco (Mendes *et al.*, 2025).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do comportamento dos investidores no Brasil, principalmente sob uma ótica conservadora, evidencia uma intrincada relação entre elementos históricos, econômicos e socioculturais. Com base na introdução e nos objetivos apresentados, é possível notar que a escolha conservadora nos investimentos vai além de preferências individuais, sendo um reflexo de uma história nacional repleta de instabilidades e desafios financeiros que influenciam a postura dos brasileiros em relação ao risco.

Ao longo da história, o Brasil enfrentou várias crises econômicas, incluindo momentos de hiperinflação e tumultos financeiros que impactaram profundamente a mentalidade coletiva. As experiências traumáticas de destruição de bens durante os períodos de instabilidade criaram uma aversão ao risco, manifestando-se na preferência por instrumentos financeiros vistos como mais seguros, como a caderneta de poupança, os títulos do Tesouro Direto e outras opções de renda fixa. Essa atitude cautelosa é alimentada pela necessidade de proteger o capital, especialmente em um cenário onde a volatilidade econômica ainda é frequentemente uma realidade.

Além do panorama econômico, a formação em finanças assume um papel essencial na constituição do perfil do investidor no Brasil. A falta de uma educação financeira apropriada é um elemento crucial que limita a habilidade das pessoas em analisar criticamente as opções de investimento disponíveis. Apesar do crescimento das fintechs e da ampliação do acesso à informação, uma parcela significativa da população brasileira ainda não possui conhecimento suficiente sobre investimentos e gerenciamento financeiro, o que os leva a escolher opções menos arriscadas. A implementação de uma educação financeira sólida poderia, com o tempo, modificar esse contexto, permitindo que os investidores realizem escolhas mais informadas e embasadas.

O nível de acesso e a confiança nas instituições financeiras são fatores significativos. Nos países desenvolvidos, essas instituições são geralmente consideradas confiáveis e responsáveis, enquanto no Brasil, os casos de corrupção e a ineficácia percebida de várias organizações levam a uma hesitação em confiar em produtos financeiros que não sejam vistos como seguros. Isso favorece a preferência por investimentos conservadores e de baixo risco.

Em relação aos investidores de economias mais desenvolvidas, verifica-se que a postura cautelosa dos brasileiros muitas vezes emerge de uma combinação de experiências anteriores e do cenário econômico atual. Investidores em economias mais estáveis tendem a diversificar seus

portfólios com mais liberdade, assumindo maiores riscos e investindo em ações. No Brasil, embora esteja se observando uma crescente tendência de diversificação, principalmente entre os jovens, a preferência pela segurança e a abordagem conservadora ainda são predominantes.

Em síntese, observa-se que a inclinação dos investidores brasileiros em adotar uma postura conservadora resulta, em grande medida, de um histórico econômico conturbado, desafios educacionais e uma cultura marcada pela valorização da segurança e da proteção do patrimônio. Os aspectos levantados na pesquisa ressaltam que, para que ocorra uma transformação significativa no comportamento dos investidores, é fundamental estabelecer um ambiente econômico estável, aprimorar a educação financeira e fomentar a confiança nas instituições.

As previsões para o futuro sugerem que, conforme o Brasil avança em sua transformação econômica e a educação financeira se torna mais relevante, um perfil de investidor mais arrojado e diversificado pode surgir. No entanto, essa mudança requer um compromisso conjunto para promover uma cultura de investimento, mantendo a cautela típicas dos brasileiros, mas ao mesmo tempo, incentivando a descoberta de novas oportunidades financeiras que possam ampliar seu potencial econômico. A convergência entre conservadorismo e inovação será crucial para o futuro dos investimentos no Brasil, possibilitando que pessoas de diferentes perfis encontrem um equilíbrio satisfatório entre risco e retorno.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovana. A potencialidade da educação financeira crítica frente aos golpes financeiros. **Revista Aracê**, v. 7, n. 5, p. 23775-23798, 2025.

ANDRADE, Tamires Ferreira. **Educação financeira dos estudantes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações, Ramo em Gestão de Empresas) – Associação de politécnicos do norte (APNOR). Instituto politécnico de Bragança. Bragança, 2019.

BARRETO, Pedro Lucas de Albuquerque; BARBEDO, Claudio Henrique da Silveira;-SILVA, Eduardo Camilo da. Efeito disposição: Comportamento do investidor brasileiro em tempos de pandemia. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 20, p. 1-17, 2023.

BARONI, Ana Karina Cancian; MALTEMPI, Marcus Vinicius. Ressignificando a Educação Financeira na Formação Inicial do Professor de Matemática. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 38, p. e240045, 2024.

BOLZAN, Alexandre Galina; KNEIPP, Leonardo. Comportamento dos investidores no mercado financeiro no Brasil no primeiro trimestre de 2023 e 2024. **Disciplinarum Scientia| Sociais Aplicadas**, v. 21, n. 1, p. 227-250, 2025.

BORELLI, Elizabeth; CONCEIÇÃO, Maria Helena. Uma análise da performance dos produtos financeiros verdes no Brasil. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, v. 14, n. 1, p. e4414-e4414, 2025.

BROIETTI, Cleber; PRADO, Giovana Aleixo. Decisão de investidor: a influência da informação contábil na decisão de investidores não profissionais. **Contabilometria**, v. 10, n. 1, 2023.

CAMARGO, Rita de Cássia Correa Pepinelli; ALBERTON, Luiz. A relevância da divulgação dos critérios de materialidade nas decisões de investidores. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 42, n. 3, p. 52-68, 2023.

CASTRO, Luciano Sousa; SANTANA JUNIOR, Isaias Matos; FREITAS, Carlos Alberto Marques. Educação financeira para iniciantes: orientações para composição de uma carteira de investimento. **Diálogos & Ciência**, v. 3, n. 3, p. 30-43, 2025.

CAMPOS, Hugo de Sousa et al. **Educação financeira e a área de conhecimento de ensino de ciência e matemática no brasil: um estudo de um conjunto de teses**. 2023. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3829/1/tcc_Hugo%20de%20Sousa%20Campos.pdf. Acesso em 03 de junho de 2025.

CENCI, Danuza; KIST, Milton. Educação financeira e a presença dos pilares do pensamento computacional em atividades plugadas: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Sergipana de Matemática e Educação Matemática**, v. 9, n. 1, p. 68-88, 2024.

CORRÊA, Lucilena Ferraz Castanheira; MATOS, Paulo Rogério Faustino. Educação financeira necessária para tomar decisões sólidas. **Brazilian Review of Finance**, v. 23, p. e202507-e202507, 2025.

CULTURA E CIDADANIA. B3: Estudo sobre o Perfil dos Investidores Pessoas Físicas na Bolsa de Valores. 2020. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2020/05/21/b3b3-estudo-sobre-o-perfil-dos-investidores-pessoa-fisica-na-bolsa-de-valores/>. Acesso em 03 de junho. De 2025.

DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. Educação financeira uma ciência comportamental. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 3, n. 4, p. e341217-e341217, 2022.

FERRARRI, Hamilton. **Número de investidores na B3 sobe para 5,8 milhões em 2022**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/numero-de-investidores-na-b3-sobe-para-58-milhoes-em-2022/>. Acesso em 03 de junho de 2025.

FERREIRA, Talieh; SILVA, Polyandra. Impacto assimétrico do sentimento do investidor na volatilidade do mercado acionário brasileiro. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 22, p. eRAMR210032, 2021.

FIGUEIREDO, Camila *et al.* Uma análise preliminar da dinâmica volatilidade-retorno de ações das grandes empresas utilizando técnicas de aprendizado não-supervisionado. **Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics**, v. 11, n. 1, p. 1-2, 2025.

FREITAS, Nadir Santos; SANTOS, Ivanete Batista. Ensino de Educação Financeira e Resolução de Problemas: um exame de Pesquisas Brasileiras (2008-2023). **Revista Baiana de Educação Matemática**, v. 6, n. 1, p. e202511-e202511, 2025.

GOMES, Carlos Vinicius Louza; GAIGHER, Murilo Nicolini; GOMES, Rodrigo. A educação financeira como instrumento para o planejamento da aposentadoria e a sustentabilidade da previdência social no brasil. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 8, n. 1, p. 1-23, 2025.

HARTMANN, Andrei Luís *et al.* A Educação Financeira no Brasil e em Portugal: Percursos e reflexões sobre as propostas voltadas à Educação Básica e Secundária. **Quadrante**, v. 33, n. 1, p. 112-132, 2024.

JACOB, Diego Alves *et al.* Determinantes da educação financeira: evidências de um estudo com especialistas financeiros. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 5, p. e8122-e8122, 2025.

JORDÃO, Graziela Martins *et al.* Matemática no cotidiano: revisão das práticas de educação financeira familiar e seus impactos. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 7. 2024. Disponível em: DOI: 10.54033/cadpedv21n7-203. Acesso em 03 de junho de 2025.

LAZARETTI JR, Roberto Carlos; CASTANHEIRA, Giulia; MASCHIO, Patrícia Aparecida Scherite. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 5, n. 12, p. e5126104-e5126104, 2024.

MARQUES, José Pereira de Araújo. **Perfil de investidor dos alunos de sistemas de informação: influências e percepções**. 2025. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sistemas de Informação) - Departamento de Computação e Tecnologia, Centro de Ensino Superior de Seridó. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2025.

MARINA, Tays; BRITO, Danyella Juliana Martins. Determinantes da participação feminina no mercado financeiro brasileiro entre 2018 e 2022. **Economia & Região**, v. 12, n. 3, p. 464-494, 2024.

MASSAFERA, Felipe. Racionalidade e Vieses: Por que o investidor avesso ao risco não faz boas escolhas?. **Revista Economia e Políticas Públicas**, v. 12, n. 2, p. 109-135, 2024.

MAZZI, Lucas Carato; HARTMANN, Andrei Luís Berres; PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos. Educação Financeira e Justiça Social: reflexões no âmbito da Educação Matemática. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 38, p. e240044, 2024.

MENDES, João Victor *et al.* Perspectiva dos investidores das classes A, B e C para continuar investindo na poupança: a visão dos gerentes. **Revista Delos**, v. 18, n. 67, p. e5087-e5087, 2025.

OLIVEIRA, Bruno; AMARAL, Júlia Martins; DA SILVA, Luís Gustavo. Tributação ambiental indutora no Brasil: entre a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e a acessão na organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE). **Revista JurisFIB**, v. 15, n. 15, 2024.

OLIVEIRA, Maria Abadia *et al.* Renda fixa e variável para investidor iniciante: uma discussão teórica. **Revista GeTeC**, v. 14, 2024.

PAIXÃO, Ricardo Silveira; SENA, Renata Pereira. Análise financeira dos bancos comerciais brasileiros no período de 2011 A 2017. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 9, n. 1, p. 1-53, 2025.

PAPANDREA, Pedro Jose; HESS, Marcelo Henrique de Souza Abdala. Investimentos financeiros: um estudo comparativo entre renda fixa e renda variável. **Revista Gestão em Análise**, v. 14, n. 2, p. 187-209, 2025.

PEREIRA, Welington; GOMES, Saionara; OLIVEIRA, Cláudio Roberto Meira. Um estudo sobre o comportamento investidor dos professores da rede estadual de Caetitê/BA antes da pandemia de covid-19. **Cadernos Macambira**, v. 8, n. especial3, p. 87-100, 2023.

ROSA, Michele Jackeline Andressa *et al.* Análise do efeito das pesquisas da internet via " google trends" no comportamento do mercado acionário. **International Journal of Professional Business Review**, v. 9, n. 9, p. 1-21, 2024.

SANTOS, Gabriel Machado *et al.* Educação financeira em escolas públicas do Tocantins: estudo de caso na Escola João D'Abreu e modelos alternativos de ensino. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 7, p. e15959-e15959, 2025.

SANTOS, Ana Clara Gonçalves *et al.* Educação financeira e imposto de renda: benefícios sociais e penalidades pela não declaração. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 928-944, 2025.

SANTOS, André *et al.* Semelhanças e diferenças de estudantes universitários e bacharéis da área de negócios sobre finanças pessoais. **Brazilian Business Law Journal/Administração de Empresas em Revista**, v. 2, n. 35, 2024.

SILVA, Luiza Carneiro; PINHEIRO, Carlos Alberto Orge. Identificando A Prevalência de Coeficientes Betas Negativos no Mercado Acionário Brasileiro. **Scientia: Revista Científica Multidisciplinar**, v. 10, n. 4, p. 19-44, 2025.

SOUZA, Renata Oliveira Pires. Relação entre a heurística do excesso de confiança e o perfil de investidor. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, v. 8, n. 1, 2024.

SCARAMUSSA, Filipe Manarte; BORTOLON, Patricia Maria. Governança corporativa: os investidores institucionais importam para as empresas brasileiras?. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 18, n. 3, 2024.

VASCONCELLOS, Ludmila Zamboni et al. O papel da contabilidade na evolução de pesquisas comportamentais: explorando a relação do sentimento do investidor, ciências contábeis e mídias sociais. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 25, n. 3, p. 7-22, 2024.

ZANOTELLI, Márcia Virginia de Almeida. **Uma análise do perfil conservador do investidor brasileiro pessoa física**. 2021. 63f. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC, Programa de Economia Profissional - PEP, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza (CE), 2021.